7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)

"Rumo à multipolaridade? Tensões, alianças e o lugar do Brasil na ordem global"

Porto Alegre, 12 a 14 de dezembro de 2024

Área Temática: Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa

GUERRA DAS MALVINAS (1982): AS LIÇÕES PARA A SOBERANIA, SEGURANÇA E DEFESA DO BRASIL E A MUDANÇA DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

Autor: Lorenzo Augusto Zasso Cunha[1]

Instituição: Escola Superior de Guerra

Resumo:

A Guerra das Malvinas, em 1982, foi um confronto bélico entre a Argentina e o Reino Unido ocorrido nas Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, situadas no sul do oceano Atlântico. Esse conflito foi travado pela soberania dessas três ilhas, que desde o século XIX são reivindicadas pelas partes envolvidas. O conflito durou 74 dias e ocorreu entre os dias 2 de abril de 1982 - com a ofensiva argentina nas Ilhas Malvinas -, até 14 de junho do mesmo ano, quando houve a rendição das tropas argentinas. O Brasil teve um papel relevante nessa guerra, ainda que de forma indireta. Suas ações foram questionadas pelos dois países envolvidos, o que ocasionou problemas diplomáticos para o país. Por ser uma questão ímpar da história do continente americano, essa guerra serviu como lição para a diplomacia, a segurança e a defesa brasileira, principalmente no Atlântico Sul. A metodologia predominante nessa pesquisa será utilizando pesquisas bibliográficas, via análises de artigos, pesquisas e livros publicados. Além disso, utilizará referências documentais, por meio de documentos oficiais dos países envolvidos no conflito. Dentre as pesquisas bibliográficas, destaca-se a obra do João Martins Filho, publicado em 2022, nos 40 anos do conflito. Intitulado “O Brasil na Guerra das Malvinas: Entre dois fogos” é uma obra que analisa os dias que antecederam início do conflito, na perspectiva argentina, britânica e brasileira, relatando a conjuntura interna e as ações de cada um deles. O livro intitulado “A Outra Guerra do Fim do Mundo”, do professor argentino Osvaldo Coggiola, faz uma análise de todos os antecedentes do conflito. Ele aborda as diferentes versões da descoberta dessas ilhas, passando pelas disputas militares e diplomáticas que antecederam o principal conflito de 1982, e a contextualização do

[1] Mestrando no Programa de Pós Graduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID) na Escola Superior de Guerra (ESG). E-mail: lorenzocunha99@gmail.com

conflito no âmbito da política interna e externa da Argentina e do Reino Unido. Outra pesquisa que será utilizada é a Tese de Mestrado em História do Marcelo Vieira Walsh, intitulada “A atuação brasileira frente à crise das Malvinas/Falklands”, defendida em 1997. Nessa pesquisa o autor elabora a posição diplomática do Brasil antes, durante e depois do conflito, relacionando com as ações praticadas pelo país nesse período. A dissertação da Isadora Coutinho, realizada em 2017, intitulada “Articulação entre política externa e política de defesa do Brasil: o Atlântico Sul como espaço estratégico” também será utilizado. Nessa pesquisa, as políticas de defesa do Brasil foram analisadas, a partir de documentos oficiais do Brasil, como a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). A partir disso, a autora elucida as políticas de Segurança e Defesa que o Brasil elaborou, com maior ênfase, a partir da década de 1970, sempre relacionado às mudanças da estratégia brasileira no Atlântico Sul. A primeira delas e mais importante num primeiro momento foi a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Criada em 1986, tinha como principais objetivos a manutenção da paz no Atlântico Sul e a promoção de cooperações regionais. No âmbito das referências documentais, essa pesquisa utilizará os principais documentos brasileiros que abordam sua atuação nas questões de Segurança e Defesa, com ênfase no Atlântico Sul. Dentre eles, a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional são as principais, pois compilam essas políticas. Os principais resultados obtidos dessa pesquisa é que com a Guerra das Malvinas o Brasil mudou sua noção a respeito do seu entorno estratégico, passando pela maior valorização do Atlântico Sul, a aproximação com seus países vizinhos, principalmente com a Argentina, o que mais tarde possibilitou a criação do Mercosul e pela criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul que desenvolveu relações bilaterais e multilaterais entre os países que constituem o Atlântico Sul. Dentre os resultados parciais destaca-se a nova política de Defesa das Forças Armadas no que tange o entorno estratégico brasileiro, principalmente sobre o Atlântico Sul, que necessita ser pacificado e sem a presença de potências militares extrarregionais.

Palavras-chave: Guerra das Malvinas; Geopolítica; Atlântico Sul

1. Introdução

Entre os dias 2 de abril e 14 de junho de 1982 Argentina e Reino Unido desencadearam o conflito conhecido que, na historiografia, ficou conhecido como Guerra das Malvinas. Ao disputarem a soberania dessas ilhas, travaram combates terrestres, aéreos e navais nos arredores do arquipélago localizado no Atlântico Sul. Segundo Alves e Campos (2021, p. 145,

tradução nossa[2]), “a Guerra das Falklands/Malvinas foi o último grande conflito convencional na América do Sul. Também pode ser considerado o conflito mais moderno no seu tempo. Não é surpreendente que tenha tido efeitos notáveis nos diferentes aspectos da política latino-americana”.

A intervenção argentina, em 1982, foi o primeiro e único embate entre as duas partes pela soberania da região, cuja posse vinha sendo reivindicada, até então, por vias diplomáticas. Esse embate também foi motivado pela situação interna da Argentina, que naquele momento lidava com grandes manifestações contrárias ao seu governo autoritário, causadas, entre outros motivos, pela alta da inflação, do desemprego e pelas repressões estatais. Por isso, “a guerra apresentava a vantagem de forçar uma ‘união nacional’ através de uma crise externa, propiciada por uma histórica reivindicação nacional” (Coggiola, 2014, p. 72). Após de mais de 40 anos da Guerra das Malvinas a Argentina continua buscando a soberania dessas ilhas, considerando a questão como um propósito nacionalista do povo argentino.

O Brasil desempenhou protagonismo no conflito, embora a postura brasileira não haja consenso entre os analistas. Nessa linha, Martins Filho (2022), elucida que o sociólogo brasileiro Hélio Jaguaribe definiu a atuação como “neutralidade favorável”, referindo-se ao apoio aos argentinos, enquanto o embaixador britânico George Harding classificou como “não envolvimento angustiado”. Já no “no âmbito do Conselho de Segurança Nacional brasileiro, definiu-se nossa postura como de ‘não-engajamento ostensivo’, com a explicação: ‘não é equidistante, e muito menos neutra, uma vez que apoiamos a reivindicação argentina sobre as ilhas’” (Martins Filho, 2022, p. 19).

Martins Filho (2022), discorre que, historicamente, o Brasil apoiou as reivindicações diplomáticas da Argentina sobre as Ilhas Malvinas, tanto na ONU, quanto nas relações diplomáticas entre os Argentinos e o Reino Unido. Então, a postura diplomática do Brasil no conflito foi ao encontro do passado recente das relações entre Brasil e Argentina.

Sobre a atuação diplomática brasileira, que foi o maior destaque da participação brasileira no conflito, Walsh (1997), elucida que ela estava de acordo com a tradição diplomática do Brasil. Segundo ele:

> Durante a Crise das Malvinas/Falklands, o Brasil, em conformidade com a sua tradição diplomática – do pacifismo e do jurisdicismo -, adotou uma posição neutral diante dos contendores, Argentina e Reino Unido, com os

[2] No Original: The Falklands/Malvinas War has been the last major conventional conflict in South America. It can also be considered the most modern conflict in its time. It is not surprising that it had notable effects on the different aspects of Latin American politics.

> quais vinha mantendo relações estreitas. Contudo, a neutralidade tendeu favoravelmente ao país platino, seu aliado estratégico no contexto do processo de integração latino-americana. Por fim, esta atitude neutral do Brasil sempre esteve em consonância às convenções de Genebra, no que se refere a um país neutro (Walsh, 1997, p. 153).

O conflito perdurou por 74 dias e culminou na rendição das tropas argentinas, no dia 14 de junho de 1982, após diversas perdas materiais e humanas da Argentina no conflito. Avaliando as condicionalidades que efetivamente impactaram na geopolítica do Brasil para o Atlântico Sul, convém analisar que, com o final de cada guerra, é comum que as comunidades de estudos estratégicos extraiam lições dela (Alves e Campos, 2021, p. 150). No caso da Guerra das Malvinas mesmo antes do término do conflito, no dia 08 de junho de 1982, o Estado-Maior das Forças Armadas já havia determinado algumas reavaliações da própria organização, que, de acordo com Campos (2011, p. 143), incluía, entre outra providências , a adequabilidade do atual sistema de serviço militar em relação às atuais necessidades operacionais do Exército e a propriedade do nosso armamento, material e equipamento, considerando, inclusive, os imperativos de modernização..

Sobre isso, complementa Campos (2011, p.142):

> A quantidade de ensinamentos que se pode extrair desta guerra é grande e cresce ainda mais à medida que se desce aos detalhes. São ensinamentos relativos ao planejamento (nos diversos níveis), aos princípios de guerra, à natureza do poder militar nacional, à mobilização, às informações, à natureza das operações (ofensivas, defensivas, anfíbias, aeromóveis, combinadas, eletrônicas etc), à instrução militar, à liderança militar e ao valor moral, aos apoios de fogo e administrativo, ao clima e às condições meteorológicas.

A partir dessa ideia, convém investigar quais foram os principais impactos para a geopolítica do Brasil no Atlântico Sul, sobretudo após o final do conflito das Malvinas[3]. A hipótese da pesquisa é que o conflito tenha influenciado no redesenho da percepção geopolítica sobre o Atlântico Sul, induzindo a formação de iniciativas como a da Bacia do Atlântico e a da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Além disso, a hipótese de que o conflito tenha provocado mudanças nas capacidades e na doutrina das Forças Armadas, principalmente nas questões relacionadas ao Atlântico Sul.

Baseando-se na teoria realista das Relações Internacionais e em abordagem metodológica qualitativa, a pesquisa buscará entender essas mudanças para o Brasil, valendo-se de análise documental e bibliográfica.

---

[3] O presente artigo utiliza a nomenclatura Malvinas, tanto para se referir ao conflito quanto às ilhas, e não Falklands, seguindo a nomenclatura que o Itamaraty e os documentos diplomáticos utilizam.

Para atingir os objetivos estabelecidos, esse presente artigo está estruturado da seguinte forma: a primeira seção apresenta uma revisão da literatura relevante sobre o Atlântico Sul e suas implicações para o Brasil, dentro do entorno estratégico brasileiro. Em seguida, são apresentadas as análises sobre os impactos do conflito nas Forças Armadas do Brasil. As conclusões propõem uma reflexão sobre os impactos que a Guerra das Malvinas imprimiu para a geopolítica do Brasil no Atlântico Sul.

2. O Atlântico Sul

O Atlântico Sul é uma região chave para a geopolítica brasileira. A sua importância estratégica, agrega aspectos os mais diversos, entre eles, matriz energética, aspectos de segurança e análise econômica/comercial. Ela é formada pela porção de mar que está entre a costa ocidental africana e a costa oriental da América do Sul. Ao Sul, a região está limitada à latitude 60º e, ao Norte, à linha do equador (Pereira e Visentini, 2014)

Dentro da costa sul-americana, o Atlântico Sul, segundo Pereira e Visentini (2014, p.87):

> inicia no Cabo Orange, no extremo norte brasileiro, e se prolonga até o Cabo da Terra do Fogo. Sua extensão é de 10.800 km, e destes 5.970 km pertencem ao Brasil, 330 km ao Uruguai e 4.500 km à Argentina. Optou-se por utilizar o Atlântico Sul político, que engloba todo o litoral brasileiro. E a ele deve ser agregado o espaço marítimo das ilhas britânicas do Atlântico Sul.

Por meio dessas informações, os autores dimensionam o vasto espaço geográfico em que está inserida a área contestada na Guerra das Ilhas Malvinas. Assim, além dos países da costa ocidental africana e da costa oriental da América do Sul, o Reino Unido é uma potência do Atlântico Sul, pois domina arquipélagos estratégicos (Pereira e Visentini, 2014). Portanto, a presença de uma potência extrarregional no Atlântico Sul e consequentemente no entorno estratégico brasileiro implica em questões que sublinham externalidades econômicas e de segurança para o Brasil.

A concepção de “entorno estratégico brasileiro” é o alargamento do entorno regional brasileiro considerado estratégico, englobando a América do Sul, o Atlântico Sul, estendendo-se até a costa ocidente da África e da Antártida. (Coutinho, 2017). Esse conceito está presente nos três documentos oficiais de Defesa e Segurança do Brasil — a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional. (Brasil, 2020). Esses documentos evidenciam um significativo avanço reflexivo sobre a temática em questão. (Coutinho, 2017)

Esses documentos, segundo Coutinho (2017), visam a harmonização das políticas entre o Exército, a Marinha e a Aeronáutica brasileiras, para que se conseguir chegar a um consenso sobre as políticas de defesa e de segurança nacional. Assim, o Brasil conseguiria desenvolver políticas mais contundentes e de sucesso nas questões de defesa e segurança.

Em questões relacionadas à segurança, uma das principais políticas existentes no Atlântico Sul é a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Sobre essa zona, Costa (2012) explica que o Brasil é um dos signatários da Zopacas, assinada em 1986, sendo um tratado que inclui os países atlânticos da costa ocidental da África e da costa oriental da América do Sul, que buscava o compromisso da manutenção da paz, sem armas nucleares e visando a cooperação entre os signatários.

A ZOPACAS foi criada quatro anos após o final da Guerra das Malvinas. Considerada uma resposta diplomática dos países do Atlântico Sul a conflitos dessa natureza nessa região, instaura ambiente de cooperação a partir da resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas (1986), que dispõe:

> A Assembleia Geral, convencida de que o estabelecimento de uma zona de paz e cooperação no Atlântico Sul contribuiria significativamente para o fortalecimento da paz e segurança internacionais e para a promoção dos princípios e propósitos das Nações Unidas, apela a todos os Estados da região e de todas as outras regiões a cooperar na eliminação de todas as fontes de tensão na zona, respeitando a unidade nacional, a soberania, a independência política e a integridade territorial de todos os Estados nela contidos, a abster-se da ameaça ou uso da força e a observar estritamente o princípio de que o território de um Estado não será objeto de ocupação militar resultante do uso da força em violação à Carta das Nações Unidas, bem como o princípio de que a aquisição de territórios pela força é inadmissível[4].

Sobre a criação das ZOPCAS, Coutinho (2017), elucida que o Brasil foi o principal precursor deste fórum, pois o país se engajava na busca pela transformação do Atlântico Sul, visando uma região desmilitarizada, pacífica e sem armas nucleares. Além disso, acreditava que a região não deveria se submeter a nenhuma influência militar de alguma superpotência. (Coutinho, 2017)

---

[4] Disponível em https://documents.un.org/doc/undoc/gen/g19/218/53/pdf/g1921853.pdf o excerto trata-se de tradução livre do texto original a seguir : Convinced that the establishment of a zone of peace and co-operation in the South Atlantic would contribute significantly to the strengthening of international peace and security and to promoting the principles and purposes of the United Nations), calls upon all States of the region and of all other regions to co-operate in the elimination of all sources of tension in the zone, to respect the national unity, sovereignty, political independence and territorial integrity of every State therein, to refrain from the threat or use of force, and to observe strictly the principle that the territory of a State shall not be the object of military occupation resulting from the use of force in violation of the Charter of the United Nations, as well as the principle that the acquisition of territories by force is inadmissible;

No âmbito dos aspectos políticos estruturais e conjunturais que ensejaram a criação da ZOPACAS, Cervo e Bueno (2011) elucidam que:

> Movido pela sua estratégia de cooperação universal, o Brasil quis preservar o Atlântico Sul dos conflitos e motivar os países costeiros para ações em prol de seu desenvolvimento. Em 1985, apresentou à XL Assembleia Geral da ONU uma proposta, consultou depois as nações africanas e latino-americanas, obteve 17 co-patrocínios e teve sua Resolução aprovada, em 1986, por 124 votos, um contra (Estados Unidos) e oito abstenções. A ONU declarou o Atlântico Sul "Zona de Paz e Cooperação", exortou os Estados da região à cooperação, as grandes potências a colaborar e a não transferir seus conflitos para a área, a África do Sul a pôr fim ao regime do apartheid a outorgar a independência da Namíbia. Em julho de 1988, realizou-se no Rio de Janeiro o primeiro encontro entre a África e a América Latina, reunindo os chanceleres de 22 países com a finalidade de articular a cooperação do Atlântico Sul, de acordo com o espírito da Resolução. (Cervo e Bueno, 2011 p. 484-485).

A ZOPACAS representa o principal fórum de discussões do Atlântico Sul, surgindo "como mecanismo de exclusão da área da ação e da pressão das grandes potências por segurança global" (Cervo, 2008, p. 137). Por mais que o fórum não possua nenhum meio coercitivo que garanta sua atuação, ele serve como uma advertência às potências militares, sugerindo-lhes que mantenham seus arsenais distantes dessa massa oceânica e dos países que se banham em suas águas (Cervo, 2008).

O Brasil foi o principal precursor deste fórum, pois, segundo Coutinho (2017), o país se engajava na busca pela transformação do Atlântico Sul, visando uma região desmilitarizada, pacífica e sem armas nucleares. Além disso, acreditava que a região não deveria se submeter a nenhuma influência militar de alguma superpotência. (COUTINHO, 2017)

Outro elemento que contribui para a criação da ZOPACAS é a percepção de ineficiência dos sistemas de alianças hemisféricas, sobretudo o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o TIAR. Parte da intelligentsia, como se identifica em Cervo (2008, p. 137), acredita que a Guerra das Malvinas e a emergência da ZOPACAS decorrem da "inoperância do Tiar como mecanismo de solução regional de conflitos". Essa fragilidade também é sublinhada por Alves e Campos (2018, p. 258), para quem isso teria ocorrido devido ao "apoio ostensivo dos Estados Unidos ao seu aliado britânico".

No que se refere a aspectos econômicos, a região detém uma grande relevância para o Brasil. Entre outros motivos, a sua importância comercial se evidencia quando "o fluxo comercial constitui um dos fatores de maior relevância ao se pensar na segurança da região, especialmente porque 95% das exportações e importações brasileiras passam pelo Atlântico Sul" (Pereira e Visentini, 2014 p.87-88).

Outro elemento importante dessa equação é a Antártica, como elucidam Pereira e Visentini (2014, p.91):

> O Atlântico Sul tem particular importância para o Brasil, especialmente devido ao recente (e crescente) interesse de países como Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha, França, Rússia, China e Japão. A proximidade com a Antártida – considerando-se a sua privilegiada posição geográfica entre três oceanos de grande importância para a navegação brasileira –, além de seus efeitos climáticos sobre o território, são aspectos fundamentais na formulação da política do Brasil para a região.

O continente Antártico é a última fronteira do planeta a ser conquistada (CUNHA et al 2023, p.123) e o único território do mundo que não possui nenhuma soberania definida (Pereira e Visentini, 2014 *apud* Penha, 2011). E como o Tratado Antártico vai ser reapreciado em 2048, o Atlântico Sul receberá cada vez mais relevância, pela sua proximidade com o continente gelado. Essas características demonstram a relevância do Atlântico Sul para o Brasil, que, conforme sublinham Cunha et al (2024, p.121), reconhece o continente gelado como prioridade, por meio de uma Ação Estratégica de Defesa (AED nº83), em sua Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2020). Assim, convém considerar que uma mudança na perspectiva brasileira sobre o Atlântico Sul guarda relação com a Guerra das Malvinas, pois incentivou o País a desenvolver políticas de segurança e de cooperação, além de novas políticas no âmbito militar, (como a formação de uma força de intervenção pronta e qualificada para um possível uso, como será destrinchado no próximo capítulo)

3. Impactos nas Forças Armadas do Brasil

Como parte do propósito da pesquisa, há que se avaliar em que medida a Guerra das Malvinas contribui para influenciar alterações nas Forças Armadas brasileiras. Considerando que se tratam de instituições entre as mais conservadoras, sem muito espaço para grandes mudanças, Campos e Alves (2021), dimensionam as complexidades que envolvem aprimoramentos em organizações, em especial nas Forças Armadas.

> Grandes organizações são resistentes a mudanças. Tradições, normas e procedimentos tornam as transformações difíceis. Organizações militares são ainda mais resilientes, uma vez que são instituições regidas pelos princípios de hierarquia e disciplina. Mudanças sempre dependem da aprovação dos escalões superiores, que geralmente são os mais conservadores. Além disso, as organizações militares, diferentemente das civis, se preparam para uma atividade raramente realizada. Isso é verdade mesmo para grandes potências militares. Em um país como o Brasil, uma potência média localizada em uma região relativamente pacífica, essa regra é ainda mais válida. A última vez que seu exército operou fora do país contra um oponente estrangeiro foi durante a Segunda Guerra Mundial, na frente italiana, em 1944–1945. Tudo

> isso reforça uma aversão inerente à mudança. (Campos e Alves, 2021, p. 146, tradução nossa[5])

Isso ajuda a compreender em que medida a Guerra das Malvinas pode ter tido impacto tão significativo na geopolítica do Brasil para o Atlântico Sul que pode ter colaborado no desencadeamento de mudanças que ocorreram nas Forças Armadas brasileiras. Entre os indícios dessa percepção, encontra-se um documento do Estado-Maior do exército, do dia 08 de junho de 1982, ou seja, antes do final do conflito, em que o Ministro do Exército à época, general Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, demonstra algumas preocupações e busca por mudanças na organização do exército (Campos, 2011, p. 143). O documento era classificado como secreto, e devido a ausência desse documento online, utilizamos a transcrição de Campos (2011, p.144), que o encontrou no arquivo histórico do exército, que relata:

> Nota N° 009 Brasília, DF, 08 de junho de 1982
> Senhor Chefe do Estado-Maior do Exército
> Considerando a atual situação no Atlântico Sul e suas possíveis repercussões no equilíbrio estratégico continental e em nossa própria organização, determino ao Estado-Maior do Exército que:
> a. co Plano de Organização e Articulação, visando, essencialmente, aos seguintes aspectos:
> - propriedade da atual Organização Operacional do Exército;
> - necessidade de um núcleo potente, essencialmente profissional, com características de “força de intervenção”, indispensável à pretendida estratégia de dissuasão;
> - prazos de aprestamento e atuação;
> - áreas sensíveis que mais provavelmente possam vir a exigir ação pronta de tropa; neste particular, julgo importante apressar a organização de um Esqd C Mec em Roraima e a manutenção de planos atualizados para deslocamento e emprego da 10ª Bda Inf Mtz naquela área.
> b. Avalie a propriedade do nosso armamento, material e equipamento, considerando, inclusive, os imperativos de modernização.
> c. Realize estudos visando à implementação de meios eletrônicos e de busca, apreensão e localização de alvos.
> d. Verifique a adequabilidade do atual sistema de serviço militar em relação às atuais necessidades operacionais do Exército, considerando os curtos prazos de intervenção exigidos pelos conflitos da atualidade, a validade do sistema de maciça formação de reservas face às necessidades de uma atualizada e objetiva mobilização e, ainda, a obtenção de maior índice de profissionalização nas OM julgadas prioritárias e em funções de mais difícil formação.
> e. Apresente:
> - em curto prazo, estimativa sobre necessidades financeiras para

[5] Em tradução livre de Campos e Alves (2021, p.146), os autores ensinam que "Grandes organizações são resistentes a mudanças. Tradições, normas e procedimentos tornam as transformações difíceis. Organizações militares são ainda mais resilientes, uma vez que são instituições regidas pelos princípios de hierarquia e disciplina. Mudanças sempre dependem da aprovação dos escalões superiores, que geralmente são os mais conservadores. Além disso, as organizações militares, diferentemente das civis, se preparam para uma atividade raramente realizada. Isso é verdade mesmo para grandes potências militares. Em um país como o Brasil, uma potência média localizada em uma região relativamente pacífica, essa regra é ainda mais válida. A última vez que seu exército operou fora do país contra um oponente estrangeiro foi durante a Segunda Guerra Mundial, na frente italiana, em 1944–1945. Tudo isso reforça uma aversão inerente à mudança."

> recompletar armamento e equipamento das GU e Unidades existentes;
> - em uma 2ª fase, conforme as conclusões que resultem dos estudos que estou recomendando, avaliação sobre recursos necessários para equipamento adicional.
> f. Considere, ao elaborar a orçamentação para o próximo ano, a aquisição de materiais que estão sendo objeto de pesquisa e desenvolvimento por conta do PREPE e que venham a ser operacionalmente aprovados
> (assinatura do Ministro) (Campos, 2011, p. -144 *apud* Brasil, 1982)

Esse documento torna claro uma preocupação latente do então Ministro do Exército à época, general Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, que pediu inicialmente, um estudo sobre a conjuntura atual do Plano de Organização e Articulação, buscando a formação de uma força de intervenção pronta e qualificada para um possível uso, como forma de estratégia de dissuasão. Contudo, há que se sopesar se essa diretriz é parte de uma dinâmica comum e corriqueira nas Forças Armadas ou se a Guerra das Malvinas contribuiu para que fosse proposta.

Outro ponto importante desse documento é a preocupação com as tecnologias eletrônicas das Forças Armadas brasileiras, no âmbito de busca, apreensão e localização de alvos, como visto no conflito, fundamentais para a vitória britânica. Sobre essas mudanças no pensamento militar brasileiro e sobre os equipamentos a tecnologia militar brasileira como um todo, Campos (2011, p.270) complementa:

> Em termos de equipamento, o conflito consagrou a importância do helicóptero como meio de reconhecimento, apoio aéreo aproximado e principalmente transporte de carga e pessoal. As batalhas ocorreram sobretudo à noite. Destaca-se aqui a importância dos equipamentos de visão noturna.

Percebe-se, com essa nota, que o ministro estava preocupado com a situação operacional e tecnológica das forças armadas brasileiras. Preocupação relacionada, principalmente, ao poder da rápida atuação frente a um possível conflito. É possível perceber que o Ministro queria que o Brasil tivesse uma capacidade operacional e tecnológica de rápida atuação militar em um possível conflito.

Outros dois importantes ensinamentos para as Forças Armadas do Brasil a partir desse conflito estão relacionados à autonomia tecnológica e à condição de atuação frente a um possível conflito. Como aborda Campos (2011), a dúvida existente sobre o possível apoio de potências amigas ao Brasil caso o país estivesse envolvido diretamente num conflito, já que os Estados Unidos optaram por não seguir o acordado no TIAR, em prol da OTAN. Além disso, na questão da autonomia tecnológica, uma preocupação com a autonomia das tecnologias brasileiras.

Importante ressaltar que, o Brasil, segundo Campos (2011, p. 271), que essa busca pela autonomia tecnológica "já estava sendo posta em prática, mas o nível de nacionalização das armas utilizadas pelas Forças Armadas brasileiras e, mais especificamente, pelo Exército, era baixo, especialmente no tocante aos equipamentos mais sofisticados". Seguindo a própria análise de Campos (2011), nesse assunto, o Brasil possuía uma situação semelhante a da Argentina.

Há indícios de que a Guerra das Malvinas tenha incentivado um *aggiornamento* na sociedade brasileira. Ela indica que o episódio foi um importante marco para uma nova percepção pública e governamental em relação às Forças Armadas do Brasil, pois o conflito foi muito próximo do território brasileiro. Sobre isso, Campos (2011, p.160-161) complementa que:

> Em função da recente deflagração de uma guerra convencional na vizinhança, na qual um país vizinho (em certos aspectos à frente do Brasil em tecnologia militar) foi sumariamente derrotado, o discurso da Defesa Nacional ganhou uma momentânea força no Brasil. Isso, associado à fragilidade política do presidente José Sarney, recém-empossado numa situação politicamente delicada e necessitando de sustentação, e à forte presença e atuação do ministro Leônidas, favoreceria a destinação de recursos para o Exército. Assim, em 4 de junho de 1985, foi apresentada ao Presidente da República uma "Exposição de Motivos", onde eram solicitados recursos extra-orçamentários para iniciar um ambicioso programa de reestruturação da Força Terrestre. Esses recursos seriam orientados para itens e organizações militares cujo nível operacional (ver complemento).

No que se refere às mudanças a curto, médio e longo prazo nas forças armadas, a análise de Campos (2011, p.161), indica que, inicialmente, no curto prazo, o objetivo era conseguir uma pronta resposta a um possível conflito, por meio da elevação do nível das operações da força terrestre brasileira. Com a FT-90 (Força Terrestre 1990), denominação ao projeto de mudança das Forças Armadas para a década de 1990, são notadas mudanças doutrinárias em relação ao armamento, defesa antiaérea, no comando e controle e na utilização de helicópteros. O projeto FT-90 possuía os seguintes eixos de prioridade, segundo Campos (2011, p.161-162):

> (1) Reestruturação do Exército: nova divisão territorial e mudança de denominação para os Grandes Comandos; remanejamento, capacitação operacional e aumento no número de brigadas – com a criação das Brigadas de Pronta-Resposta (também denominadas "de Pronto-Emprego" ou "Forças de Ação Rápida" - FAR); e escalonamento das tropas existentes em Força de Cobertura e Reserva (Geral, Estratégica ou Local); (2) Completamento de pessoal e equipamentos das OM existentes; (3) Aquisição de blindados (completamento das OM existentes e previstas); (4) Guerra Eletrônica (implantação de OM, pesquisa / formulação doutrinária e centralização das atividades de ensino de Comunicações e Guerra Eletrônica); (5) Pesquisa e desenvolvimento (novas tecnologias previstas nas FT-90 e 2000, particularmente nas áreas de artilharia, comunicações, GE e blindados); (6) Formação de pessoal para atender às necessidades atuais e futuras; (7)

> Aviação do Exército (início da implantação); e (8) Medidas de racionalização (transferência, transformação, desativação e/ou extinção de OM, principalmente pela redução de Unidades na área do Rio de Janeiro).

Nota-se que é solicitado a criação de uma Brigada de Pronta-Resposta, para ser utilizada como uma força de ação rápida em um possível conflito. Outro fator interessante desse projeto é a preocupação com a Guerra eletrônica, de comunicação. Tanto que nesse documento é solicitado a formulação de uma doutrina para abranger essa área, além de pesquisas sobre esse assunto, pela forma como foi determinante na Guerra das Malvinas.

Essas foram algumas das políticas relacionadas às mudanças a curto prazo nas Forças Armadas do Brasil, que deveriam ser implementadas para a década de 1990. Os projetos de médio prazo, conhecidos como FT-2000 (Força Terrestre 2000), deveriam ser implementados até a última década do século XX. Sobre as perspectivas para o FT-2000, Campos (2011, p.162), elucida que:

> Planejava-se chegar a uma força terrestre em condições de operar em ambientes nucleares com algumas de suas Divisões e Brigadas prioritárias e, para longo prazo (FT-21), uma força completa e moderna, capaz de operar em ambiente nuclear, com operacionalidade plena.

Sobre a viabilização desses projetos a curto, médio e longo prazo, Campos (2011, p. 207-208) conclui que a modernização foi vista como um avanço prático no projeto FT-90, muito por ser um projeto feito para o período subsequente à Guerra das Malvinas. Já o projeto FT-90 e FT-21 (Força Terrestre para o Século XXI), não foram implementados, visto a falta de verba para tais projetos.

Uma das principais mudanças para as Forças Armadas do Brasil que podem ser consideradas como lições da Guerra das Malvinas estão relacionados à Guerra Eletrônica, questões da Aviação e dos sistemas eletrônicos de busca e alvo e direção de tiros. Tais mudanças são solicitadas nas recomendações presentes no Estudo Histórico-Doutrinário sobre a Guerra do Atlântico Sul, desenvolvido pelo Estado-Maior das Forças Armadas, em 1982. As características dessas mudanças estão contidas dentro de uma parte desse Estudo Histórico-Doutrinário, reproduzido em. Campos (2011, p. 213):

> A Guerra do ATLÂNTICO SUL sugere que se realize o esforço de pesquisa para produção e adoção dos seguintes materiais:
> <u>BUSCA DE ALVOS E DIREÇÃO DE TIRO</u>
> - radares para localização e identificação de alvos terrestres e aéreos [...];
> - aparelhos de raio laser acoplados a sistemas de direção de tiro;
> - centrais computadorizadas para registro e elaboração de dados de tiro para a Artilharia ou lançamento de mísseis superfície-superfície.
> <u>COMUNICAÇÕES</u>
> - rádio ultraportátil para utilização pelas menores frações de tropa [...];
> - melhoria no nível técnico dos equipamentos existentes, com vistas a sua resistência aos rigores climáticos; -estudos para o estabelecimento de

> comunicações militares por satélite.
> GUERRA ELETRÔNICA
> - equipamentos eletrônicos destinados a perturbar ou reduzir a eficácia dos sistemas eletrônicos adversários, como também capazes de proteger da guerra eletrônica inimiga.
> TRANSPORTE AÉREO
> - helicópteros orgânicos para apoio de fogo e transporte de pessoal e material, inclusive artilharia e viaturas de combate.
> MÍSSEIS
> - mísseis superfície-ar, anti-radar, superfície-superfície [...];
> - material para controle direcional destes mísseis [...].
> ARMAS INDIVIDUAIS
> - armamento descartável para uso pela infantaria (mísseis, foguetes e lançadores de granada).
> VISÃO NOTURNA
> - aparelhos de visão noturna do campo de batalha nos níveis individual e coletivo.
> FARDAMENTO
> - uniformes mais apropriados ao clima em cada região onde a tropa for empregada[6].

Apesar da definição clara do que era necessário produzir e adotar pelas Forças Armadas do Brasil, não foi possível implementar completamente todas as mudanças mencionadas. Nesse contexto, Campos (2011) explica que a histórica escassez de recursos, juntamente com o elevado custo dos materiais de emprego militar (MEM), especialmente os mais complexos e tecnologicamente sofisticados, além do próprio tamanho continental do território brasileiro, foram os principais obstáculos para essa implementação.

Outra mudança importante do conflito está relacionada à preparação do Exército brasileiro e a percepção sobre os conscritos, que são os indivíduos que foram alistados para o serviço militar obrigatório. Sobre esse assunto, Campos (2011, p.219) analisa que:

> O serviço militar obrigatório no Brasil praticamente não era alvo de maiores questionamentos antes do conflito e o emprego de recrutas e soldados pouco preparados por parte do Exército Argentino foi um dos aspectos mais destacados na mídia escrita e televisiva, durante e no período imediato ao conflito. O mesmo se aplica à maioria das mudanças verificadas na instrução, decorrentes de observações especificamente colhidas do conflito.

Ainda no âmbito do exército, por mais que houvessem tentativas e pesquisas para implementação, não houve uma implementação equivalente em terra aos sistemas de armas navais e aéreos. Além disso, o conflito fez com que o Brasil percebesse que possuía algumas deficiências tecnológicas, mas, “acima de tudo, consolidaram lições mais tradicionais, como a importância da qualidade técnica, treinamento e iniciativa dos soldados e oficiais, além da

[6] Ver Campos (2011, p. 213 apud Brasil, 1982, p. 109-110, grifo nosso.)

capacidade de logística organizacional em uma situação de conflito". (Campos e Alves, 2021, p. 150, tradução nossa[7]).

Walsh (1997), correlaciona as mudanças nas Forças Armadas do Brasil com as mudanças do pensamento estratégico brasileiro, dizendo que:

> O conflito anglo-argentino proporcionou nas Forças Armadas Brasileiras uma atualização teórica da Política Nacional de Defesa Nacional e do pensamento estratégico militar sobre o Cone Sul – inclusive, o Atlântico Sul e a Antártida. Além disso, a Guerra das Malvinas/Falklands trouxe novas concepções e conceitos da moderna batalha aeronaval. Deve ser acrescentado que a Guerra no Atlântico Sul expôs a situação inadequada das Forças Armadas Brasileiras, tanto sob o aspecto do atraso tecnológico dos equipamentos bélicos nacionais quanto sob o da relativa dependência externa, passando pela baixa participação dos gastos militares das Três Armas no Orçamento Nacional (em 1981, era de 7,1%) (WALSH, 1997, p. 155-156).

A partir dessas análises é possível elucidar que a Guerra das Malvinas impactou as Forças Armadas do Brasil, promovendo algumas mudanças na doutrina e na aquisição de novos equipamentos militares. Além disso, mudou a percepção do entorno estratégico brasileiro, presente nos documentos oficiais de Defesa do Brasil, a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional.

3. Conclusão

A Guerra das Malvinas foi um evento paradigmático do Atlântico Sul. As características do conflito e suas implicações foram marcantes para os países envolvidos no conflito para toda a região do Atlântico Sul, palco da guerra. Por mais que o Brasil adotou uma postura imparcial, o conflito provocou mudanças no pensamento estratégico do Brasil e nas Forças Armadas Brasileiras.

Nesse contexto, foi possível verificar que, no âmbito regional, a direta relação entre esse conflito e a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), devido à necessidade clara de impedir que a região sofresse com outros conflitos e com a busca por zonas de influência no contexto da Guerra Fria. Além disso, se tornou importante para o Brasil que essa região se preservasse de tensões nucleares, diminuindo a influências e potências extrarregionais no entorno estratégico brasileiro.

Ademais, o conflito acelerou a cooperação e a integração regional dos países da América do Sul. Isso só foi possível pelas relações entre Argentina e Brasil, que estavam

---

[7] No original: Above all, however, the conflict would consolidate more traditional lessons, such as the importance of the technical quality, training, and initiative of the rank and file and the officers and the capacity for organizational logistics in a conflict situation.

começando a ter um processo de cooperação, logo após um longo processo de desconfiança mútua. Desconfiança que impedia novos acordos bilaterais e multilaterais na região, como o do Mercado Comum do Sul (Mercosul), que viria a ser criado em 1991.

No âmbito das Forças Armadas do Brasil, foi possível perceber que o conflito do Atlântico Sul implicou em mudanças significativas, como a preocupação a respeito da sua autonomia tecnológica e pela projeção de poder no Atlântico Sul. Isso se deve ao fato de que o Tratado Interamericano de assistência recíproca (TIAR), não foi seguido pelos Estados Unidos, demonstrando para o Brasil que não poderia contar com o apoio estadunidense num possível conflito.

Para as futuras pesquisas, é possível realizar a análises sobre a efetividade e a atuação das ZOPACAS para a política externa do Brasil, demonstrando a conjuntura do fórum e algumas projeções. Além disso, a possível institucionalização das ZOPACAS, e os possíveis ganhos para os países, principalmente relacionados às ameaças regionais do Atlântico Sul,.

Referências:

ALVES, V. C.; CAMPOS, M. T. de. A Guerra das Falklands/Malvinas e o Exército brasileiro. **Tensões Mundiais**, [S. l.], v. 8, n. 14, p. 257–278, 2018. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/568. Acesso em: 6 ago. 2024.

ALVES, Vágner Camilo; CAMPOS, Márcio Teixeira. South Atlantic Lessons: Falklands/Malvinas War and the Brazilian Army. *In*: DUARTE, Érico Esteves (Editor) **The Falklands/Malvinas War in the South Atlantic.** Palgrave Macmillan, Switzerland, 2021. cap. 6, p. 145-165

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional.** Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf. Acesso em: 03 nov. 2024

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: < https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf >. Acesso em: 03 nov. 2024

CAMPOS, Márcio Teixeira. **A Guerra das Malvinas e suas repercussões no Exército Brasileiro**. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2011

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional**: formação dos conceitos brasileiros. Editora Saraiva, – São Paulo, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **Política Exterior do Brasil**. 4a edição revista e ampliada. Editora UNB, Brasília, 2011

COGGIOLA, Osvaldo. **A Outra Guerra do Fim do Mundo**: A Batalha pelas Malvinas e a América do Sul. Ateliê Editorial: Cotia, SP, 2014.

COSTA, Wanderley Messias. **Projeção do Brasil no atlântico sul:** geoPolítica e estratégia. Revista USP, nº 95, p. 9-22, Setembro/Outubro/Novembro, São Paulo, 2012

COUTINHO, Isadora Caminha. **Articulação entre política externa e política de defesa do Brasil**: o Atlântico Sul como espaço estratégico. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

CUNHA, Guilherme Lopes da; CÂMARA, Paulo E. A. S.; QUEIROZ, Fábio Albergaria de; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. Antarctica in the Brazilian Geopolitical Thinking, IN QUEIROZ, F.A.; CUNHA, G.L.; BARROS-PLATIAU, A.F. (Ed.) **Brazil in the Geopolitics of Amazonia and Antarctica**. Lanham: Lexington Books, 2023, pp. 123-146.

CUNHA, Guilherme Lopes da; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; CÂMARA, Paulo E. A. S.; QUEIROZ, Fábio Albergaria de. A Escola Superior de Guerra e o Pensamento Antártico Brasileiro desde a década de 1950, **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 39, n. 86, p. 104-126, maio - ago. 2024.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O Brasil na Guerra das Malvinas:** Entre dois fogos. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **Declaration of a zone of peace and co-operation of the South Atlantic: resolution / adopted by the General Assembly**. s/l, 1986. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/123188/files/A_RES_41_11-EN.pdf?ln=en >. Acesso em: 28 jun. 2024.

PEREIRA, Analúcia ; VIZENTINI, Paulo. O Atlântico sul como Espaço estratégico para o Brasil: Política Externa e de Defesa. *In*: ARTURI, Carlos. **Políticas de Defesa, Inteligência e de Segurança**. 1ª ed. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. cap. 4, p. 84-98.

WALSH, Marcelo Vieira. A **atuação brasileira frente à crise das Malvinas/Falklands (1982).** Tese (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Brasília: Brasília, 1997.